

DOS CURSOS DE PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO PSICANALÍTICA E DE PSICOPATOLOGIA E PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA AO DEPARTAMENTO FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE: UMA HISTÓRIA.

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O DESTINO DE UM NOME. UMA HISTÓRIA TRANSGERACIONAL.

POR MARIA LUIZA SCROSOPPI PERSICANO

Como contar o que não pode ser contado? Não há o que não possa ser contado, porque a engenhosidade humana e a força da metáfora não têm limite. Como preservar a incompreensibilidade do que é incompreensível? Preservar o incompreensível compete às religiões o que compete à literatura e também, de outro modo, à ciência, é iluminar. Como evitar a traição do evento pela compreensão? E a traição de si? Chegar ao entendimento de um evento é chegar à verdade _ e a verdade não trai nada. O escritor que é verdadeiro consigo mesmo não trai nada. Será possível repetir, com palavras um conhecimento perpetuamente adiado? Conhecimento adiado é conhecimento perdido, porque a verdade existe num presente perpétuo. Quem é capaz de testemunhar sem se adonar de um fato? Não se pode ser testemunha de um evento sem alterá-lo. Como fazer coincidir narrativa e testemunho? A história e a leitura? Quais são os limites da metáfora? Narrativa e testemunho se confundem no ato da imaginação... Mas história e leitura não deveriam jamais se confundir: alguma coisa aconteceu. E nós sabemos! Os limites da metáfora são os limites do mundo. Como preservar a literalidade do evento? Preservar a literalidade do evento? Pense em Conrad. Basta fazer o leitor enxergar! Fazer o leitor enxergar! Como traduzir tudo isto em palavras? O tradutor é um mágico_ desmontando Babel.

Extraído de Trinta Perguntas Para Ian McEwan de Arthur Nestrowski e de Trinta Respostas de Ian McEwan (in Folha de São Paulo, 19/10/99 e 12/12/98)

O atual Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, que na sua história “sofreu três decisivas experiências de Cisão” (PERSICANO, 1998, pg. 1) é originalmente nascido sob o nome de Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, o qual foi planejado em 1975, no bojo da constituição do Instituto Sedes Sapientiae, e iniciado em 1976. Só poderia ter sido assim batizado por seus fundadores, assim nomeado, pois até esta época, em todo Brasil, a formação analítica é considerada uma atribuição exclusiva das Sociedades ligadas à Associação Internacional de

Psicanálise (International Psycanalytical Association – IPA), então lugar privilegiado da “verdadeira” psicanálise.

A Instituição da Psicanálise

A “verdadeira” psicanálise, é a produção de uma prática, de um território onde a única e absoluta “verdade” está presente, onde os que não fazem parte de uma formação específica – as realizadas nas Sociedades “oficiais” - não são autorizados a serem psicanalistas por não poderem ter acesso à “verdadeira” psicanálise, nem dizer que a exercem (COIMBRA, 1995).

Devemos lembrar que, com a instituição formal da psicanálise, houve um “deslocamento da questão da transmissão e da autorização que deixou de ser virtual para ser formal” (BERLINCK, 1988, pg. 71), deslocamento este problemático quanto mais se caracterize uma coincidência entre o virtual e o formal em alguns psicanalistas, fortalecendo a confusão de que o virtual na transmissão e na autorização é e foi devido ao formal.

Isto foi o ocorrido com a psicanálise quando Sándor Ferenczi, em 1928, defendeu a redução da “equação pessoal” do psicanalista na prática da psicanálise, de modo a reduzir o âmbito da intuição e da magia, “buscando articular a prática ao âmbito da *techné* e da *epistémé* psicanalíticas” (id. pg. 9), levando à criação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA).” Deve-se aqui lembrar, também, o papel até bem recentemente

considerado inexpressivo do psicanalista Max Eitington que, desde denúncias não comprovadas em 1988, passou a ser revisto e visto como decisivo. Essa figura polêmica parece ter possuído grandes habilidades políticas, diplomáticas e burocráticas, e foi ele quem apresentou, em 1925, antes da criação da Comissão Didática, um projeto que tinha por objetivo homogeneizar a transmissão da psicanálise (RODRIGUÉ, 1998). Nesta moção Eitington propunha: 1 – a formação deveria escapar às iniciativas individuais, e fugir da jurisdição do analista; 2 – cada associação deveria responder pela aceitação ou recusa de um candidato local perante a IPA, que ratificaria a medida sob sua responsabilidade; 3 – introduzia-se a regulamentação da supervisão (não era mais suficiente a análise pessoal, sendo necessária também uma supervisão, denominada “análise de controle”). Teria dito um dia de si mesmo, quando no comando da Policlínica de Berlim: “Sou eu que tenho o controle nas mãos” (id., pg. 147, cit. Eitington, 1923).

Freud dá força a estas questões, para defender o movimento psicanalítico, em carta a Ernest Jones: “O senhor Eitington e Ferenczi são, de fato, indivíduos cruciais no movimento, e o futuro depende principalmente da unanimidade entre vocês” (id., pg. 149, cit., HUGUES, 1993, o grifo é meu).

“A política institucional na IPA, deu definitiva ênfase à adequação da prática a determinadas técnicas que rotinizaram a clínica, a técnica e a teoria. Ou seja, neste processo, algo que era considerado de fundamental importância pelo próprio Ferenczi (e por Freud) foi sendo olvidado: a básica função da técnica e da teoria como sustentáculos da poiesis, o exercício da criação..... techné, epistémé e poiesis se articulam no tratamento, na cura e em suas reflexões. Ora a poiesis é aquele componente da ‘equação pessoal’ que é o verdadeiro motor da psicanálise e que se baseia no desejo do analista” (BERLINCK, 1988, pg. 9). Esta ortodoxia da IPA vai se repetir em toda a história da Psicanálise, ocorrendo, também, em parte, com outros movimentos dissidentes, ao se constituírem como instituição formal, após se afastarem da IPA.

“Já não é mais a instituição virtual criada por Freud que constitui o psicanalista. Aqui, como se sabe, era a análise pessoal, a análise de controle (que é conhecida também por supervisão) e o estudo da literatura psicanalítica que faziam um psicanalista.” (BERLINCK, 1988, pg. 72).

A Psicanálise se transforma de instituição virtual de um grupo em instituição formal e daí chega à organização corporativa, indo, por fim, se configurar como um Estado instituinte, que faz as leis da “verdadeira” Psicanálise.

Na instituição psicanalítica, até as transformações dos anos 60, o pensador que divergia, discordava de certos termos teóricos fundamentais, rompia com a Psicanálise e terminava por desenvolver um outro sistema. “Adler e sua vontade de poder, Jung e o inconsciente dessexualizado, Reich e a anterioridade do corpo ao significante, Binswanger e o existencialismo. Saíram. Construíram seus esquemas teórico-clínicos e estabeleceram

formas de transmissão independentes da Psicanálise. Montaram as assim chamadas outras correntes de psicoterapia, reconhecidamente não freudianas. A Associação Internacional manteve sob seu manto o monopólio do saber, da transmissão e da legitimidade psicanalítica, a despeito das tendências internas: freudianos, kleinianos, bionianos, winnicotianos, kohutianos, analistas do ego.” (NOGUEIRA Fº, 1999, pg. 1, o grifo é meu).

“Esta coalescência entre o ato de expulsar certas formulações e os formuladores e o ato de admitir diferenças entre outras formulações e formuladores mostra que há um conjunto de pontos que define e distingue a Psicanálise como campo epistemológico.” (id, pg. 2, o grifo é meu).

Não por acaso, nos anos 60, “um psicanalista Jacques Lacan, foi excomungado. E não foi possível dizer ‘este discordou dos termos teóricos fundamentais, não é mais um analista’. Não foi possível denominá-lo, valorosamente ou pejorativamente, de psicoterapeuta, psicólogo analítico, existencialista, bioenergeta. Continuou psicanalista.” (id. pg. 4, o grifo é meu).

“Rompe-se, portanto, nos anos 60 o monopólio. Surge uma novidade. Transmitem-se a Psicanálise, analisavam-se os sujeitos fora da Associação Internacional. Não há como dizer que Lacan e os que a ele se agregaram não querem saber da sexualidade, da abstinência, da transferência, da dialética que se opõe ao imanentismo biológico. Não há como dizer que Lacan e os que a ele se agregaram tornaram-se um elo de transmissão de menor qualidade, de uma Psicanálise ‘trash’... De ora em diante, o grupo, a associação, o instituto, o departamento, sem a obrigatoriedade de caução universitária, que mostrar-se consistente em suas produções teóricas e clínicas, manter-se atuante por algum tempo e construir uma tradição, organizar debates, formar novos sujeitos comprometidos com a causa analítica adquiriu o direito à transmissão” (id. pg.4).

É dentro deste contexto geracional que irá surgir, num outro contexto, o dos anos setenta brasileiros, em São Paulo, um curso de psicoterapia psicanalítica no Sedes.

A Constituição do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica

Em São Paulo, este é o primeiro curso de teoria e

técnica psicanalítica fora da IPA, portanto só poderia ter sido, como o foi, denominado de curso de psicoterapia de orientação psicanalítica e não de Psicanálise. Eufemisticamente era denominado de curso paralelo de psicanálise, o que, junto com o nome, indicava duas ambigüidades de interpretação de sentidos. Estas ambigüidades marcarão o destino do curso e das pessoas que com ele forem se envolver e nele se revolver.

Para o Sedes, este primeiro curso representa mais uma das formas de alcançar os princípios já delineados por Madre Cristina, que logo seriam referendados, em 1977, pela carta de princípios do Instituto Sedes Sapientiae. Princípios de rompimento com o elitismo dominante no pensamento da época, de aproximação do saber à realidade social e política brasileiras, de construção de um pensamento e uma prática de crítica e transformação social. A proposta era formar profissionais de Psicanálise, que se opusessem ao discurso e à prática dominantes. Mas, retomemos, agora, as ambigüidades latentes na constituição do curso e subjacentes à escolha de seu nome próprio.

Na primeira ambigüidade, de um lado, podia ser e era lido que se abria a divulgação da Psicanálise para fora da IPA, democraticamente, dando subsídios desta área aos psicoterapeutas em geral, sem significar que estes passariam a ser considerados psicanalistas ao final do curso. O termo orientação psicanalítica dizia de algo que não era psicanálise o suficiente, só se orientava por ela e para ela, era uma alternativa para ela.

De outro lado, podia ser e também era lido como uma promessa de formação de psicanalistas fora da IPA. O termo curso paralelo referia-se implicitamente a uma formação paralela à IPA, portanto paralelo à formação “oficial” de psicanalistas e não apenas a um aprendizado de psicoterapia de orientação psicanalítica. Entretanto, dentro deste pólo da primeira ambigüidade residia uma segunda ambigüidade e um impasse latente de juramento para o grupo. Esta formação de analistas fora da IPA se constituiria num modelo independente e competente de formação por si e em si mesma, diferenciado da I.P.A. quanto aos critérios de definição de saber e de praxis? Ou desta se esperava que viesse a preencher os mesmos critérios de definição de saber e de praxis afirmados pela I.P.A., e, em futuro não tão distante, a ser reconhecida pela própria I.P.A. como um *Study Group*, uma nova Associação filiada à IPA, mas separada da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo – SBPSP, no Estado de São Paulo, a exemplo do Rio de Janeiro?

Esta segunda ambigüidade, que se introduzia dentro da primeira, tinha portanto este segundo lado, o mais grave, que diluía as diferenças entre o fora da IPA e o dentro da IPA. O paralelo poderia ser o paralelo à SBPSP no sentido de vir a se tornar uma nova sociedade da IPA em São Paulo e não um modelo diferenciado de formação.

Veremos que isto está revelado pelo percurso histórico deste grupo de formação, que desenvolveremos a seguir, nas histórias de Cisões e nas transformações de denominações que foram ocorrendo com o passar

do tempo. Não é senão por estas razões que, já nos seus inícios, o curso se constitui com uma especial e peculiar equipe de curso, que ao nosso olhar de hoje nos aparece como tendo sido, na época, uma tentativa de solução de compromisso da situação descrita acima, que se buscava olvidar, mas que os fatos irão seqüencialmente insistir em desfazer, até finalmente, mais tarde, ser recusada tal tentativa, como se nunca tivesse existido, trazendo em seu ventre uma série de confusões de língua entre os membros, provocando Cisões radicais, onde alguém terá de sair dono absoluto de toda a “verdade” política e psicanalítica e alguém terá de ser desvalorizado, por ser fora dalei e/ou alienado da “verdade”, detentor de toda uma “culpa”, sem possibilidade de luto ou expiação. Este é o legado de toda a primeira geração fundadora, “canga impura” (parafraseando BERLINCK, pg.17) do Inconsciente presente na fundação, no próprio ato de fecundar e gestar este curso no Sedes, uma espécie de “crime” da primeira geração para com todos de todas as gerações futuras, que acorrerão capturados e aprisionados por um dos vértices das ambigüidades, quando não pela própria ambigüidade em si mesma. A “transmissão transgeracional” (conforme definição do termo dada por GRANJON, 1998, pg. 29) que se deu, de geração em geração, se revela pelos fatos crus, e por isto com efeito de violência, que serão vividos pelas gerações futuras, dos mais diferentes modos, sem poupar ninguém.

A composição, coordenação e orientação deste primeiro curso é efetuada em 1975, a convite de Madre Cristina, por um analista filiado à I.P.A, Roberto Azevedo, que ficara dez anos na Europa, para fazer sua formação, e que recém chegara ao Brasil, em 1974. São convidados por ele, para serem professores do curso, mais sete analistas da SBPSP: Fábio Hermann, Deodato Curvo Azambuja, Isaías Melson, Orestes Forlenza, Arlindo José Adeodato da Cunha, Deocleciano Bendochi Alves e Milton Zaidan, e uma psicanalista não filiada à IPA, Regina Chnaiderman. Esta, sendo “de esquerda” e “não isolando a leitura do inconsciente do contexto histórico social” (COIMBRA, 1995, pg. 90) e tendo sido preterida duas vezes pela SBPSP, já vinha se conduzindo, com “estilo próprio de fazer psicanálise” (id. pg. 91), por um caminho como “psicanalista não filiado” (BERLINCK, 1988) e como formadora de futuros psicanalistas por fora da SBPSP. O curso se inicia em 1976.

Seguindo um roteiro previsível, se nos basearmos

nas exposições acima, nem se completa o primeiro semestre de curso e a Sociedade “oficial”, a SBPSP exerce o monopólio, pressiona, proibindo seus psicanalistas de terem qualquer cargo na IPA se ministrarem aulas de psicanálise fora da IPA. Dos oito da SBPSP saem seis, para seguir carreira exclusiva na SBPSP, cinco deles tendo chegado a didatas. Está feita a primeira cisão, os pólos da primeira ambigüidade não se sustentam juntos. Mal a criatura nascida, já os fatos abalavam a manutenção da solução de compromisso latente. Permanecem apenas Roberto Azevedo e Fábio Hermann da IPA, além de Regina Chnaiderman.

O curso passa a ser preenchido com professores dentre alguns alunos que já possuíam certa formação não filiada por fora do Curso do Sedes (SEDES, 1998) e dentre os psicanalistas argentinos, Ana Maria Sigal, que já estava no Brasil há algum tempo, e os argentinos que chegavam ao Brasil no ano de 1976: primeiro os casais Carlos Guilherme Bigliani e Lea Beatriz N. de Bigliani e Mario Pablo Fuks e Lucia Barbero Fuks, e, em seguida, Tito Schutz, ano em que já participaram de reuniões planejando o ano de 1977, quando começam a ministrar aulas no curso.

Dissolvia-se, assim, aparentemente a primeira ambigüidade: agora o curso passa a ser dito como alternativo, uma forma alternativa de e na formação de psicanalistas. Porém, o nome permanece, pois permanece e se potencializa a segunda ambigüidade, que tem embutida nela a questão básica de qual juramento se escolhe como grupo alternativo. Esta é a questão que se evidencia e se polariza com a chegada dos argentinos.

“O que é um psicanalista argentino?” A diáspora psicanalítica Argentina de 1976, provocada pela ditadura militar, levou à emigração de muitos deles para países da Europa e da América Latina, dentre eles o Brasil. “Os psicanalistas argentinos passaram a influenciar, de maneira marcante, a dinâmica de campo das localidades para onde emigraram” (BERLINCK, 1988, pgs. 65 e 67, os grifo são meus).

Isto “possibilitou a constituição em São Paulo, de uma nova formação social da psicanálise: o psicanalista que se constitui e se autoriza fora da instituição oficial” (id. pg. 68). Distingue-se por isto o assim mito do “psicanalista argentino” (não é mais preciso que seja argentino de nacionalidade, e há o de nacionalidade argentina que não é psicanalista argentino) e por ser responsável “pela constituição de uma determinada escuta que marca a clínica e que é, a meu ver a escuta contemporânea. Trata-se de uma escuta pluralista sensível ao sofrimento, que se constitui....naquilo que chamo de instituição virtual da psicanálise.” (id. pg. 68) “A escuta que denomino pluralista e que atribuo a um ‘certo’ psicanalista argentino só se constitui a partir de uma cisão das instituições oficiais ou oficiosas. Em outras palavras a filiação institucional, institui, por definição, uma escuta pura, onde ficam recalçados ou denegados aspectos que não estejam referidos diretamente ao corpus teórico-metodológico que predomina na instituição.... A filiação institucional formal determina a escuta já que as instituições psicanalíticas têm sido criadas para a transmissão, vale dizer, a determinação de uma escuta.... O que ocorre, entretanto, com

a escuta do psicanalista que não se filia a nenhuma instituição formal?” (id. pg. 71, os grifos são meus). São estes psicanalistas sem filiação institucional formal os que pertencem à instituição virtual.

Entretanto, são também esta tipo denominado psicanalistas argentinos os mesmos que trazem outra nova para seus diversos lugares de inserção: “Em primeiro lugar, queremos acabar com certa forma de especialização. Se por psicanalista entende-se um cidadão que se fecha em seu consultório para atender a dez pacientes na razão de três ou quatro sessões semanais, durante seis, sete ou mais anos... não queremos mais ser, nem formar, esse tipo de psicanalista. Se por psicanalista entende-se aquele sujeito para quem sua profissão _ dentro da estreiteza do exercício antes apontada _ é a única, suficiente e exclusiva contribuição que a sociedade espera dele... não queremos ser, nem formar, esse tipo de psicanalista.” (BAREMBLITT, 1984, pg.91).

Podemos dizer que, a partir deste momento histórico para a instituição da psicanálise em São Paulo e no Brasil, no Sedes as ambigüidades iniciais tenderão a se potencializar em opostos e em grupos radicalmente opostos, como dois lados irreconciliáveis do mesmo conflito. A partir daí tudo indica ter havido uma dificuldade crescente em manter a solução de compromisso fundadora, com tendência crescente a mecanismos de cisão e recusa, envolvendo a sobrevivência e o poder, para que pólos ideológicos tão díspares em sua visão de mundo e do papel da Psicanálise, pudessem afirmar e negar objetivos opostos, dentro do mesmo grupo. Na base, é agora um grupo impossibilitado de sustentar um juramento comum, levado por isso a equívocos nos objetivos que deveriam ser comuns, destinado irremediavelmente ou a naufragar ou a evoluir para uma Cisão.

“É contra o risco de ruptura de grupo que cada um deve fazer um juramento: jurar-se-á contra toda força “centrífuga”, contra o próprio risco da liberdade que interessa a cada um na medida em que é atraído para outra parte, por uma outra dimensão de si mesmo. O juramento está na ‘ditadura domesmo em cada um’... O juramento é o poder de cada um sobre todos e de todos sobre cada um: ele me garante contra minha própria liberdade e ele institui o meu controle sobre a liberdade do Outro. Ele fundamenta assim o grupo em sua permanência... O juramento é a aparição de

um estatuto de permanência no grupo: ‘que se tenha realmente feito o juramento, ou que dele se tenha feito a economia aparente, resulta que a organização do grupo se torna o objetivo imediato’ do grupo organizado... O grupo se toma sempre (a partir do juramento) e primeiramente como objetivo: ele se trabalha, para poder trabalhar, quer dizer, procurar objetivos comuns” (LAPASSADE, 1983, pgs.235-236, cit. SARTRE, Crítica da razão dialética).

“O espírito de equipe é a ‘interdependência dos poderes em ligação a um objetivo comum’... A função é ‘determinação indeterminada’ que deixa lugar à criatividade individual” (LAPASSADE, 1983, pg. 238, cit. SARTRE, Crítica da razão dialética).

E, assim, levarão quatro anos até que a grande Cisão, aqui historicamente pronunciada, ocorra. Era uma cisão constitutiva do Curso de Orientação Psicanalítica. Não havia como evitá-la ou contorná-la eternamente. Esta Cisão é traumática, se dá em fins de 1979, um “racha”, como ficou apelidado, no que já estava estruturalmente rachado. Para alguns as questões essenciais aqui já expostas podiam estar claras. Porém, com certeza, não estavam totalmente claras, naquele momento, para muitos dos envolvidos, a interferência nestas escolhas (para ambos os lados) de marcas traumáticas da história anterior e atual da época, enfim da diáspora Argentina e dos crimes recusados da ditadura do milagre brasileiro. Além disto, e também em parte determinadas por isto, questões outras, como questões de ordem pessoal, de prestígio, de afetividade, de poder, de partidarismo ou apenas simpatia interferiram nas identificações e nos reagrupamentos das pessoas, como sempre ocorre em situações como estas. Muitos dos que chegavam como novos alunos ao curso, não se deram conta de nenhum clima de mal estar, de nenhum problema no curso, até serem convocados a optar em uma assembléia.

Estão de acordo com as exposições acima a respeito das ambigüidades, bem como com o histórico que se seguirá, as descrições feitas por Coimbra (1995), que afirma que bem antes da oficialização do “racha” já começaram a ficar claras as diferenças de concepção sobre a formação analítica proposta por cada grupo. “Roberto Azevedo, apoiado por alguns professores, defende a existência de provas, de uma formação em paralelo para os candidatos a monitores, uma maior hierarquia, não permitindo a participação de todos os alunos nas decisões sobre o curso. Por seu lado Regina Chnaiderman e outros apostam no contrário: maior participação dos alunos e professores, não dogmatismo teórico prático.” O primeiro grupo “acusa Regina Chnaiderman e seu grupo de serem populistas, democratistas e mesmo demagógicos, de estarem preocupados com uma psicanálise aplicada aos estabelecimentos sociais e, por conseguinte, assistencialista. Especialmente os argentinos de segunda geração ligados a Roberto Azevedo são contra a transformação do Sedes em um centro de formação teórico prático, como funcionavam os hospitais públicos na Argentina antes do golpe de 1976. Alegam defender uma formação psicanalítica consistente e não somente aplicada aos estabelecimentos sociais. Por sua vez, o grupo ligado à Regina Chnaiderman considera que

os outros querem a reprodução da hierarquia que há na S.B.P.S.P., seu elitismo, autoritarismo e dogmatismo, e que representam a psicanálise ritualística de divã nos seus enquadres clássicos, desqualificando o trabalho nos estabelecimentos e valorizando o atendimento privado. Defendem uma formação não dogmática, sem as ‘verdades’ absolutas de certas linhas de trabalho, aberta e engajada no contexto político social brasileiro.” (pg. 157).

Em fins de 1979, a partir do fator emergente em torno de uma discussão de quais ex-alunos da 1ª turma poderão vir a ser incorporados como professores _ Regina quer Miriam Chnaidermann, Roberto quer Eliana Rache Humberg e João Sérgio Telles _ não se chega a um acordo e, ao final do ano, Roberto Azevedo decide sair, com quem o apoia, do curso e criar um novo curso dentro do Sedes, após permissão solicitada e obtida de Madre Cristina.

A Organização do Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica

É assim criado por Roberto Azevedo outro curso denominado de Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, a partir de agora apelidado nos corredores do Sedes de “Curso do Roberto”, ao lado do Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, apelidado de “Curso da Regina”. Este último, em 1981, passa a se denominar Curso de Psicanálise e mais tarde Departamento de Psicanálise.

Curiosidade digna de respeito e reflexão séria são os termos dos programas de curso lançados em 1980, junto com a constatação, nada irrelevante, de que este será o primeiro ano em que, nos manuais do Instituto Sedes Sapientiae, pela primeira vez, surgem programas que diferenciam os diversos cursos de especialização.

Encontramos já nas primeiras linhas de objetivos do “Curso da Regina” uma citação do “1º Anteprojeto do Estatuto do Departamento de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica - 1977”. Eram os seguintes termos: “Promover e desenvolver atividades de formação, pesquisa e assistência no campo da saúde mental, fundadas e orientadas cientificamente em e pela psicanálise, enquanto teoria, método e técnica, e também por disciplinas afins e complementares, em concordância com os fins gerais do Instituto Sedes Sapientiae.” (SEDES SAPIENTIAE, 1976/1985, os

grifos são meus). Interessante notar que antes do “racha” já se tentava constituir um Departamento.

E, nas primeiras linhas do “Curso do Roberto”: “O curso de formação de psicopatologia e psicoterapia psicanalítica se caracteriza por adotar a psicanálise como teoria geral que se refere ao conhecimento científico do psiquismo, da qual deriva uma teoria psicopatológica e uma técnica terapêutica e de investigação. Abrange tanto a área de psicoterapia individual como grupal e institucional. O curso visa criar melhores condições de acesso às formações de profissionais, procurando garantir um alto nível de qualidade de ensino...bem como a verificação da possibilidade de estender sua aplicação a outras áreas” (SEDES SAPIENTIAE, 1976/1985, os grifos são meus).

Aqui, assim, os destinos se separam e esta exposição seguirá, a partir de agora, os caminhos do Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica (o nosso), que pretendia, na época, concentrar-se totalmente “na formação adequada de psicanalistas de clínica particular, não tendo a atenção voltada, de modo precípua, para serviços institucionais. Nem tinha como objetivo o atendimento de pacientes da clínica do Instituto, sendo exigido de cada aluno, na seleção, que de preferência tivessem pacientes em psicoterapia individual, em seu consultório particular, ou se dispusessem a tê-los no futuro” (PERSICANO, 1998, pg. 2).

Em fins de 1979, na cisão, ficam com Roberto Azevedo o grupo de professores: a portuguesa Maria Rita Mendes Leal, os argentinos Tito Schuzt, Guillermo e Lea Bigliani, também os professores em psicopatologia psiquiátrica Itiro Shirakawa e Ladislau Ruy Ungar Glausiusz (que ministravam estas aulas teóricas desde o início do curso em 1976), além dos psicanalistas colaboradores, recém formados pelo curso, Eliana Rache Humberg e João Sérgio Siqueira Telles. Sairão, pois já estariam com viagem anunciada, Maria Rita, para Portugal, em fins de 1979 e Tito, para a Argentina, em fins de 1980. Entram para o curso, em 1980, os novos argentinos, Oscar Manuele Miguez e Nora B. Susmansk de Miguez, e, em seguida, Maria Carposi, que já estava no Brasil desde 1976. além de Antônio Carlos Pacheco e Silva Filho, psicanalista efetivo da S.B.P.S.P., em 1981. Em 1980 são professores do novo Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica do Sedes: Roberto Azevedo, Itiro Shirakawa, Maria Rita Mendes Leal, Maria Carposi, Tito Schuzt, Lea e Guillermo Bigliani, e ainda os professores genericamente denominados como colaboradores Este é o nome que consta no manual do Sedes da época, sem a especificação do nome próprio do profissional e que se referia aos nomes de: Ladislau Glausiusz, Eliana Humberg, João Sérgio Siqueira Telles, Oscar Manuele Miguez e Nora B. Susmansk de Miguez. É em 1981 que, Oscar e Nora Miguez, tornam-se professores especificados, como tal, no manual, enquanto Eliana Humberg e Sérgio Telles só serão inseridos no manual com seu nome em 1982. Este grupo de professores será logo denominado e autodenominado “*Staff*” de “titulares”. Justamente, neste ano, outros profissionais surgem sem qualquer denominação no manual, nem genérica, com a denominação circulante de “monitores”.

A partir de 1982, até 1989, vários psicanalistas que se formam no curso são convidados pelos diferentes professores “titulares” remunerados pelo Sedes (até 1985 os professores do Instituto Sedes recebiam como autônomos, depois pela C.L.T.), assim que se formam, a participarem da atividade de ministrar aulas no Sedes, em condição de “monitoria” não remunerada junto ao curso, para quem quisesse aprofundar seus estudos e ter aprendizado em ministrar aulas teóricas em psicanálise, junto aos professores mais experientes.

A proposta inicial de “monitoria” tem finalidade dupla. A primeira, de proporcionar um espaço para a continuidade de formação aos psicanalistas. A segunda, de garantir futuros professores “titulares” para o caso de saída de alguns. Na segunda proposição, estava encoberto, mas comprovado pela continuação dos fatos, revelada pela história que se seguirá, uma espécie de atitude de prevenção de garantia de adeptos, e o temor e, portanto, a possibilidade de um racha Isto porque, dentro da primeira proposição havia algo da ambigüidade fundante do grupo, que infalivelmente levava à segunda proposição.

Na primeira proposição, havia o desejo de associação de pessoas que se reconhecessem entre si como membros de um mesmo grupo. Em complemento e em paralelo a esta mesma idéia já está surgindo, mas sob uma forma diferenciada, de um centro de estudos, um novo lugar de inserção para os egressos do curso, o Centro de Estudos em Psicopatologia, Psicoterapia e Psicanálise – CEPSE.

No Curso, enquanto isto, com o estabelecimento da “monitoria” e com a justificativa realística de melhor rendimento, o resultado foi que, alguns anos depois, já teremos cada subgrupo de professores “titulares” cercado de seus “monitores”, concentrados nos estudos exclusivos ao pequeno grupo, em grupos cada vez mais fechados e isolados entre si, separando-se pelos anos de curso em composição com a “oposição” Kleinianos X Freudianos.

Os termos “titular”, “*Staff*” e “monitor”, inexistentes na estrutura do Instituto Sedes, são as sintomáticas denominações apelido recebidas, indicativas de hierarquia e subalternidade. Só que se tratam de psicanalistas e de profissionais cada qual já com seu específico percurso independente de profissão

e maturidade. Difícil dizer, naquele momento em quantos coincidia ser psicanalista virtual com ser ou vir a ser autorizado formalmente como psicanalista pela instituição.

As primeiras turmas de “monitores” trabalham nos vários anos de curso ao mesmo tempo. Entram dez “monitores” nos anos de 1982 e 1983: Eliane Michelini, Oswaldo De Vitto, Milton Della Nina (sairá em inícios de 1986), Aristides Cicarelli, Vilma Guilherme Santos Araujo (esta última ficará apenas um ano) em 1982. Ede de Oliveira Silva, Alcía Carmen Raul Brasileiro de Mello, Maria Antonieta Pisano Motta, Flávio Emboaba Moreira, Richard Chemtob Carazzo, em 1983 .

A partir de 1984, os “monitores” serão distribuídos por ano específico, não atendendo mais a diferentes anos, junto aos professores titulares responsáveis de anos. Entram mais nove monitores em 1984: Armando Colognesi Junior, Emir Tomazelli, Maria Teresa Scandell Rocco Avena de Oliveira, Roberto Azevedo Filho, Sylvia de França Guimarães (saiu em inícios de 1990), Elza Mendonça de Macedo, Marília de Freitas Pereira e Luiz Antonio de Oliveira Silva (estes três últimos ficam apenas um ano).

A partir de 1985 o grupo de professores suspende o convite pessoal e inicia a exigência de provas para que um psicanalista ex-aluno possa vir a ser “monitor”. Institui-se uma avaliação tríplice, com entrega prévia de Curriculum Vitae: uma prova teórica escrita abrangendo a matéria dos quatro anos, duas apresentações orais ante o “Staff” de professores. Estas apresentações orais constavam de uma aula expositiva a respeito de um tema escolhido previamente pelo candidato e de uma apresentação de caso clínico, atendido pelo candidato (e que não podia ter sido supervisionado por ninguém do “Staff”), a todos os membros do Staff” em conjunto. Assim sob estas condições mais “monitores” foram aprovados, nos anos de 1985 e de 1987, com direito a classificação por notas para poder escolher o ano em que queria trabalhar. Em inícios de 1985: José Carlos Garcia, Maria Helena Saleme, Maria Cristina Perdomo, Clair Arradi (sairá em 1988, após grave acidente de automóvel), Suzana Alves Viana e Giselle Groeninga de Almeida. Em inícios de 1987: Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Homero Vettorazzo Filho e Ésio dos Reis Filho (este último sai em fins de 1988, para retornar só em 1995 como professor).

A “monitoria” era tarefa árdua: horas de preparo de textos e de reuniões semanais prolongadas com os professores de curso, muitas vezes em finais de semana e, nestes mesmo, em horários noturnos. Uma dedicação exclusiva à instituição, um estudo exigente, rigoroso e sem trégua. E, por isso, davam também esses professores titulares o melhor de si nestes estudos com seus “monitores”. A exigência clínica era maior ainda: era esperado que cada psicanalista que fosse “monitor” devia dedicar-se a supervisões frequentes e contínuas com um ou dois titulares ou com algum psicanalista reconhecido por algum membro do “Staff”.

E logo após o primeiro ano de “monitoria”, cada vez mais, estarão esses “monitores”, e os que os seguirem, ministrando sozinhos as aulas de

seminários em pequenos grupos, sem a presença do professor contratado no Sedes. Cabia também ao “monitor” mais antigo ensinar e acompanhar pormenorizadamente os novos colegas “monitores” no primeiro ano de curso, em inúmeras reuniões. Circulava entre todos o desejo pelo ideal, de um curso de excelência teórica e técnica: talvez se possa dizer que o juramento do grupo da época. “Staff “e” monitores”, era um ideal de excelência em formação. Isto exigia a burocratização que vinha acontecendo. Circulavam, ao largo disto, avaliações informais de qualidade dentro dos subgrupos e entre os subgrupos, com a contrapartida de desejos individuais e grupais de reconhecimento e ascensão profissional, tanto nos consultórios como na hierarquia de poder formal ou informal que foi se estabelecendo lenta e vigorosamente na instituição.

Em abril de 1986, é aberta aos “monitores” mais antigos o mesmo tipo de prova para ascenderem a professor titular, para ocuparem novas vagas abertas no “Staff”. Candidatam-se para duas vagas abertas em dois dos anos do curso: Flávio Emboaba Moreira, Richard Chemtob Carazzo, Oswaldo de Vitto e Ede de Oliveira e Silva. Todos bem aprovados, com uma ordem classificatória de pequenas diferenças. Mas a instituição Curso não oferece lugar para muitos. O primeiro colocado se candidatara para as duas vagas, o segundo colocado para a vaga do 4º ano, o terceiro e o quarto candidato para a vaga do 2º ano. O resultado foi que só o primeiro e o terceiro colocados passaram a professores do “Staff”, Richard Chemtob Carazzo, para o 4º ano e Oswaldo de Vitto, para o 2º ano. Neste momento altamente delicado da instituição, o grupo perde Flávio Emboaba, que se retira voluntariamente. Ede de Oliveira e Silva permanece como “monitor” e, no ano mesmo ano, será convidado a planejar organizar e coordenar, junto a Roberto Azevedo, Eliana Rache e Richard Chemtob Carazzo, um novo grupo de formação de quatro anos, na cidade de Campinas, o que será de enorme importância na seqüência dos acontecimentos. E será, neste momento histórico, na virada de 1986 para 1987, que, os até então monitores, por decisão em reunião do “Staff”, passam a ser denominados professores assistentes, e assim nomeados no manual do Sedes. Entretanto, são professores voluntários, não remunerados.

Pelos mesmos métodos de avaliação, nos anos seguintes entraram mais cinco assistentes em 1988, a saber

Rogério Coelho de Souza, Maria Elizabeth F. B. R. de Moraes, Cecília Noemi de Camargo, Nadia Chamma, Lucia Maria A Maciel e Denia Hukai. Em 1989, entram mais duas assistentes, Marizilda Paulino e Maria Rosa Maris Sales, a “Rosí”.

Temos, neste período todo, o que é definido como um grupo em processo de burocratização. No estágio da organização, o grupo se define para cada um pela distribuição de tarefas, pela função. É o nível institucional de ligações, de transmissão de ordens, da organização burocrática. “O sistema burocrático encontra um de seus fundamentos essenciais nos mistérios do conhecimento” (LAPASSADE, 1983, pg. 18). Configura-se um monopólio do “saber” que confere um poder de dominação e, portanto, de exigência de subordinação a ele. Todas as informações, cada vez mais, inclusive as das áreas específicas de conhecimento, vão se organizar em torno do sistema deste “saber”, num monopólio do “*Staff*” ou em mini monopólios de subgrupos Kleinianos X Freudianos. O “saber” é instrumento de competição ou de apropriação. Há exigência de unanimidade também deste “saber” dentro de subgrupos. Os subgrupos suspendem as trocas de conhecimento entre si. A produção individual e a criatividade ficam, automaticamente, cerceadas.

Falta espaço para este grupo-organização que evolui para uma instituição formal. Para se proteger da ameaça de deslocamento de membros ou de dissolução, o grupo vai buscar uma unidade, produzindo-se cada vez mais a si mesmo sob a forma de um grupo institucionalizado: “órgãos, funções e poder vão transformar-se em instituições”. “Faz-se sentir uma exigência de unanimidade: ela pode ser vista na ‘rejeição dos opositores como traidores’. Essa rejeição daqueles que desviam pode ser analisada no exemplo histórico do conflito entre girondinos e os montagnards e nos processos de depuração no conflito. É a integração-terror, na qual cada um é ‘depurador e depurado’. O terror não é ditadura de um grupo minoritário, é, ao contrário, uma estrutura fundamental do grupo em sua totalidade.” (LAPASSADE, 1983, pg. 248, cit. SARTRE, Crítica da razão dialética). É possível entender nesta linha o que seguirá acontecendo, com este grupo que busca, ao mesmo tempo, em oposição a tudo isto, se instituir como um Centro de Psicanálise, mas que terá este espaço também contaminado pelas contradições.

Assim, em setembro de 1990, a Revista PATHOS – Psicanálise Contemporânea, do CEPSI, em sua única edição, publica o alusivo artigo de Fausta Cruz Brito, do Instituto Venezuelano de Psicanálise, “Montescos e Capuletos na Formação Analítica”. Uma curiosidade importante é que, em 1988, uma outra revista de uma única edição, Ensaios . Fórum de Debates Psicanalíticos, fora publicada pelo mesmo CEPSI, revelando a questão com o saber e com a produção acima apontada.

O Curso, por sua vez, já está mais que enredado na repetição da contradição original dos fundadores: busca uma instituição formal da Psicanálise, num lugar, o Instituto Sedes Sapientiae, que não objetiva oferecer espaços hierárquicos, e que visa “a formação de profissionais de modo a perseguir

constante reflexão e postura crítica, a estimular uma prática de transformação social e o exercício da cidadania” (PERSICANO, 1998, pg. 1).

Nessas alturas dos finais de 1988 – inícios de 1989, a maioria dos professores assistentes antigos, escolhidos por convite, bem como a maioria dos assistentes que haviam sido submetidos à avaliação tríplice já eram profissionais reconhecidos como psicanalistas e por prática acadêmica em psicanálise. Alguns já eram ou tinham sido professores e coordenadores em Faculdades e Universidades. Dentre estes, pode-se exemplificar até o caso isolado e específico da autora deste artigo, que é um testemunho de uma curiosidade esclarecedora, pois esta também já era professora contratada pelo Sedes, sendo membro professora e supervisora da equipe do Curso de Psicanálise da Criança, desde inícios de 1986, e pelo Curso de Psicoterapia e Psicopatologia Psicanalítica recebia do Instituto Sedes, em confiança, atestado de professora assistente voluntária. E como professora contratada não pagava estacionamento do Sedes, mesmo quando vinha dar aulas como assistente voluntária, o que não era o caso de seus colegas assistentes que tinham de pagar o estacionamento do Sedes. Parece que alguns destes só se deram conta disto por essa época. Porém, o fator decisivo para o que acontecerá em seguida, era a experiência de um grupo, dentre os “assistentes” do Sedes, de pessoas que haviam sido escolhidas, em inícios de 1986, para serem professores e supervisores titulares no Centro de Psicanálise de Campinas – CPCAMP, portanto, referendados por tal escolha e pela prática desde 1987.

O Surgimento de Grupos Instituintes: CAMPINAS e CEPSI

CAMPINAS

Em 1986, um grupo de três psicólogas, Sandra Giuntini, de Jundiaí, Margarida Vilhena, de Itú e Elisabeth Scanavino, de Americana, tendo recebido indicação de Oswaldo Dante Di Loretto, se reuniram e vieram a São Paulo, ao Sedes, para conversar com Madre Cristina e solicitar, a abertura de um grupo de estudos ou curso de Psicanálise na região de Campinas. Madre Cristina orientou-as para que voltassem com duas cartas endereçadas aos dois diretores de curso de Psicanálise que poderiam atender a este pedido pessoalmente. Uma carta foi endereçada a Roberto Azevedo, outra a Mário Fuks, às pessoas físicas de ambos, e entregues,

junto com abaixo assinado de pessoas da região, a Madre Cristina. Consta que apenas Roberto Azevedo respondeu à solicitação, as recebeu em seu consultório, permitiu que assistissem a um evento no Sedes e, a partir daí, montou o grupo de coordenação de um curso independente em Campinas, o CPCAMP, com dois professores do Sedes, Eliana Rache (professora do 3º ano do Sedes) e Richard Chemtob Carazzo (professor do 4º ano do Sedes), mais o “ainda monitor” do Sedes, Ede Oliveira e Silva (do 2º ano do Sedes). Para ministrarem aulas e supervisões também como titulares deste curso de Campinas e serem remunerados aos moldes de valor médio de hora de autônomo, foram convidados os seguintes “monitores do Sedes”, aqui em São Paulo subordinados aos seguintes anos: Maria Cristina Perdomo e Roberto Azevedo Filho (do 1º ano do Sedes, coordenado aqui por Sérgio Telles e Guilherme Bigliani), Alícea Brasileiro de Melo (do 2º ano do Sedes, coordenado aqui pelo casal Miguez) Maria Antonieta Pisano Motta, a “Tina”, Eliane Micheliní Marracini, Emir Tomazelli, Suzana Alves Viana, Giselle Groeninga de Almeida, Maria Luiza Scrosoppi Persicano (do 3º ano do Sedes, coordenado por Eliana Rache); Armando Colognesi Junior e Homero Vettorazzo Filho (do 4º ano do Sedes, coordenado por Roberto Azevedo). Maria Antonieta, Roberto Filho e Eliane Marracini não se dispõem à viagem, neste momento. Estes dois últimos irão mais tarde entrar no CPCAMP, depois de 1990, assim como entrarão como novos professores do CPCAMP, pelos anos de formados mais assistentes dos respectivos anos do Sedes: em 1988, Rogério Coelho de Souza e Denia Hukai (3º ano), Maria Elizabeth Moraes e Maria Rosa Maris Sales (2º ano), além da assistente antiga Maria Helena Saleme (4º ano) e, em 1989, Marizilda Paulino (4º ano).

As idas a Campinas eram precedidas de reuniões de estudos e o preparo dos professores era feito pelos colegas mais experientes naquela matéria, havendo, portanto, trocas curriculares do conteúdo estudado nos subgrupos do Sedes, que até então vinham trabalhando sem trocas contínuas.

As viagens a Campinas eram realizadas em grupos de três, no início, a quatro ou cinco, a partir do ano seguinte, professores no mesmo carro. Assim, já em 1987, pessoas, que nunca tinham estado no mesmo subgrupo em São Paulo, começaram a trocar informações entre si e a respeito das experiências ao mesmo tempo desafiadoras e gratificantes em aulas teóricas e em seminários clínicos ministrados em Campinas, a respeito das experiências no Sedes, a respeito do Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, do “*Staff*”, do lugar ali ocupado pelos monitores, das histórias de satisfações e insatisfações de cada um, da falta de recebimento pelas aulas e a ausência de perspectiva imediata no Curso do Sedes, acompanhada de cada vez maior número de “monitores” entrando no Sedes a cada ano, e, enfim, até da obrigatoriedade de pagamento do estacionamento do Sedes pelos “monitores” ou “assistentes”.

Os professores do “*Staff*” do Curso do Sedes que não haviam sido convidados a Campinas não aceitaram a criação e a existência do CPCAMP, por um misto de razões, por questão pessoal e por considerarem que o Curso de Campinas deveria ser extensão do Sedes. A situação também incomodou a

alguns “monitores” de 1º, 2º e 4º anos não convidados (os de 3º ano, que ministravam Melanie Klein em São Paulo, haviam sido todos convidados).

A questão de Campinas coloca o grupo do Sedes numa circulação de informação jamais conseguida antes no Curso de Psicoterapia e Psicopatologia Psicanalítica.

CEPSI

Paralelamente ao Curso evoluía toda uma história do CEPSI.

Em complemento ao aperfeiçoamento organizacional do Curso e à busca de novos espaços de inserção para quem era egresso do curso, surge o CEPSI, que no nome também repete as ambigüidades originárias. Psicopatologia e psicoterapia psicanalíticas. Centro de estudos. Study Group. Um sinal na escolha posterior de um endereço oficial outro que não o do Sedes? Este é o do consultório de Roberto Azevedo. Uns, ligados a Roberto, desejavam um Study Group, outros, não. Entretanto, apesar da denominação, em seu início o CEPSI surge como idéia legítima de continuidade virtual de formação, e isto não é senão, de novo, apenas um dos pólos integrantes da ambigüidade originária. É a idéia de um centro de estudos, como um espaço entre iguais, que mantivessem a todos ligados, após o curso, em contínua formação virtual. Buscava-se um lugar para aquilo descrito por NOGUEIRA Fº (1999): “Trata-se de psicanalistas que _ não sem problemas _ reúnem-se em grupos e ...falam, discutem, lêem, brigam, amam, põem-se ao outro. Se mais que isso o grupo, a associação, o instituto, o departamento se fizer representar no amplo campo das discussões culturais, sociais e científicas e, de quebra, receber o reconhecimento da comunidade psicanalítica, não tem a menor razão para envergonhar-se de seu título, de suas produções e da qualidade de seu trabalho.” (o grifo é meu). Deste lado do polo não tinha o CEPSI, em seu início, nenhuma aspiração de ideal. Só quando desejado o reconhecimento como Study Group.

Assim, neste momento, aqui, em contraposição ao Curso, espontaneamente irrompe, retornando, sob nova cara, a dicotomia e a oposição subliminar e sub-reptícia entre as idéias de psicanálise formal versus virtual, a conflitiva originária dos fundadores entre uma instituição burocrática de formação versus um centro virtual de estudos.

É em 1984 que se forma o CEPSI, tendo como diretoria do primeiro biênio 1984/1986, um grupo de pessoas, profissionais formados pelo Curso: Eduardo Navajas Filho (turma de 1981), Heloisa Ópice, Luciana Gentilezza e Vicente Sílvio Nogueira (turma de 1983). Nesta diretoria não havia especificação de cargos. O grupo-organização no CEPSI inicia-se na gestão seguinte. O CEPSI acompanha, a partir daí, o organizacional do Curso, com cargos estatutários, com direito a reeleição, o que gerou a permanência, a partir de 1986, até a cisão que se avizinha de 1991/1990, de Roberto Azevedo no cargo de presidente, além da estabilidade de outras pessoas nos cargos.

A partir da segunda diretoria, biênio 1986/1987 o CEPSI já se compõe organizativamente com muitos cargos de diretoria e com *Roberto Azevedo* como presidente; *Elza Mendonça de Macedo*, Barbosa Coutinho (turma antes de 1980), Norma Lottemberg Semer e Suely Gevertz (ambas da turma de 1986) como 1ª e 2ª e 3ª secretários e suplente; Lea Katt Brickmann Rotemberg (turma de 1984), Heloisa Ópice (1983) e Lilian Dóra Gattaz (turma de 1981) como 1ª e 2ª tesoureiras e suplente; *Milton Della Nina*, *Flávio Emboaba*, Arthur Neves Sobrinho (turma de 1985) e Francisco Algodual Filho (turma de 1980) como coordenador, vices e suplente de coordenadoria científica.

No biênio 1988/1989 mudam apenas alguns cargos. *Roberto Azevedo*, presidente; Elza Mendonça de Macedo, Sonia Maria B. Albuquerque Parente (turma de 1984) e *Giselle Groeninga de Almeida*, 1ª e 2ª secretárias e suplente. Lea Katt Brickmann Rotemberg, *Richard Chemtob Carazzo* e *Homero Vettorazzo Filho*, 1ª, 2ª tesoureiros e suplente. Francisco Caldeira Algodual Filho e Arthur Neves Sobrinho e Marly Teresinha Micheline Goulart (turma de 1986), coordenador, vice e suplente de coordenadoria científica.

Os nomes em itálico eram membros do corpo docente, na maioria assistentes afora Roberto Azevedo portanto a crise instituinte vinda dos assistentes, que atingia o curso, chegava ao CEPSI.

A diretoria eleita para a gestão 1990/1991 viverá uma série de encontros e desencontros em relação até rachar ao meio junto com a cisão do curso em 1990-1991. Era composta, de treze pessoas, sendo oito docentes do curso, dois professores e seis assistentes: Roberto Azevedo, presidente; *Maria Teresa Scandell Rocco*, *Maria Elizabeth Moraes* e Arthur Neves Sobrinho, 1ª, 2ª e suplente de secretaria; Lea Katt Brickman Rotemberg, *Richard Chemtob Carazzo* e *Marizilda de Oliveira Paulino*, 1ª, 2ª e suplente de tesouraria; *Emir Tomazelli*, *Rogério Nogueira Coelho de Souza*, Durval Mazzei Nogueira Filho (turma de 1983), coordenador, vice e suplente da comissão científica; Claudia Paula Leicand (turma de 1986), *Giselle Groeninga de Almeida* e Marly Micheline Goulart.

A cisão “depuradora” de um novo grupo que se forma

Outros fatos importantes ocorrem em 1988 e 1989. Em 1988, Roberto Azevedo e Eliana Rache se casam, o que não era esperado pela maioria dos professores e dos assistentes, sequer a maioria dos do subgrupo a que pertenciam, o subgrupo Kleiniano. Em março de 1989, um membro antigo do “*Staff*” Mari Carposi decide retornar a seu país, mas, antes disso é pesadamente perdida por falecimento. Abre-se uma vaga no “*Staff*” e a assistente Maria Antonieta Pisano Mota, em 1989, submete-se ao concurso para professora e é aprovada como “titular” entrando no “*Staff*” em 1990.

O “*Staff*” estava assim composto: Freudianos - Lea e Guijo Bigliani, Oscar e Nora Miguelez, Sérgio Telles e Oswaldo de Vito; Kleinianos: Roberto Azevedo e Eliana Rache, Richard Chemtob Carazzo, Antonio Carlos Pacheco e Silva Filho e Maria Antonieta Pisano Motta.

Em 26 de abril de 1989, os então vinte e cinco assistentes do Sedes, se reúnem, a partir da convocação do assistente Armando Colognesi Junior para discutir o pagamento do estacionamento entre os assistentes e outros assuntos. Esta convocação atendia aos anseios da maioria. Nesta reunião todos os assistentes elaboram um abaixo assinado dirigido aos professores titulares, “resolvendo ser de interesse comum” (sic) reuniões mensais exclusivas permanentes de professores assistentes do Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalítica, no documento marcadas previamente até novembro de 1989. Até então os assistentes só se reuniam em subgrupos e sempre, ou na maioria das vezes, sob a coordenação do professor titular. Reuniões de grupo exclusivas tinham sido até então atribuição e atividade específicas do grupo do “*Staff*”, e antes de Campinas ninguém entre os assistentes havia sequer desejado uma reunião só de assistentes.

Até Campinas os assistentes não eram um grupo e o Curso e o “*Staff*” eram um grupo-organização. Com Campinas deu-se o grupo em seriação entre os assistentes, “um por todos, todos por um”, com juramento firme de pertença e anseio de liberdade, de rompimento da subordinação e de conquista de seu lugar social na instituição. Uma revolução, um grupo com força instituinte nunca antes acontecida dentro do Curso, desde sua origem. Só que com isso, deuse, sem qualquer planejamento, o desmantelamento e a implosão final do “*Staff*”, o qual de há muito não tinha união e juramento comuns, sendo que cada grupo

de “titulares” se apoiava em seu subgrupo de assistentes para resistir no “Staff”. Não havia mais como o “Staff” se manter através da estrutura de perpétua oposição Montescos X Capuletos, Freudianos X Kleinianos. Nem como integrar-se ao ímpeto instituinte dos assistentes. Do antigo “Staff” só permaneceram Oscar e Nora Miguelez, que, em momento decisivo, se reconheceram unidos às aspirações dos assistentes durante as reuniões entre “titulares” e assistentes que perduraram, dos fins de 1989, através dos anos de 1990 e 1991.

Em 1989, a crise dos assistentes envolveu uma questão importante referente ao direito de fazer supervisão por parte dos assistentes e de qual assistente poderia realizá-las, o que era reivindicado junto a um “Staff” em crise interna, “rachado”, Roberto Azevedo concordando com alguns assistentes, parte do grupo argentino concordando com uns, parte com outros. A dúvida de quem autorizava quem a ser a ser supervisor começava entre os próprios líderes dos assistentes, prolongando-se, daí, no “Staff”. Durante este período de confusões é que começam as reuniões conjuntas entre titulares e assistentes. Se o estacionamento logo em inícios de 1989 tornou-se gratuito a todos, as supervisões são um problema que se arrasta através de 1990 e 1991.

O ano de 1989 é peculiarmente difícil, repleto de reuniões prolongadas, tensas e, muitas vezes de verbal violência. O “Staff”, “rachado”, se esfacela, ficam às vistas as antigas oposições internas. Roberto Azevedo, em final de 1989, solicita demissão do Curso e sai sozinho naquele momento. O ano de 1990 continua repleto de discussões grupais acirradas e desgastantes. Pacheco e Silva Filho sai em fins de 1990.

Em novembro de 1990, explode a notícia de que Roberto Azevedo abria, para 1991, um curso de formação em sua clínica particular, com um curso de quatro anos com o mesmo nome do curso do Sedes. Dos professores e assistentes convidados na época, todos aceitaram se tornar também professores da Clínica Roberto Azevedo. Foram eles: Richard Chemtob Carazzo, Eliana Rache, Maria Antonieta Pisano Mota optam logo por sair do Sedes. Outros que aceitam, pretendem ficar no Sedes: Eliane Michelini Marracini, Giselle Groeninga de Almeida, Roberto Azevedo Junior, Alícea Brasileiro de Mello, Rogério Coelho de Souza, Marizilda Paulino, Maria Elizabeth F. B. R. Moraes. Entretanto, o grupo de professores, que a partir de início de 1991 se transforma todo em titulares, agora vai “rachar”. O grupo que não foi à Clínica Roberto Azevedo ficou composto de pessoas diversas: tanto de pessoas que não foram convidadas e que não esperavam por isto, como de pessoas que ou nunca teriam querido ser convidadas ou nunca teriam ido se o fossem, por optarem pelo Sedes. Impossível historiar com certeza, a não ser se fosse apenas de mim por mim mesma. Porque era só um mundo misto de raiva, tristeza, revolta, desamparo... e a violência do “novo” grupo que se forma regressivamente e que faz um juramento de pertença e de exclusão, tem um efeito que força a saída de quem havia optado pela clínica particular de Roberto Azevedo. O grupo faz a exigência de juramento de fidelidade a seu membros. Muitos do Sedes saem do CPCAMP: Emir, Suzana, Maria Cristina, Maria Helena e Ede. Do

Sedes saem, em seqüência, um após o outro, em 1991: Richard, Eliana, Roberto Jr., Tina; Eliane e Giselle; Marizilda e Maria Elisabeth; Rogério e Alícea. A Comissão de Curso nesta época eram Alícea Brasileiro de Melo, Maria Cristina Perdomo, Nora Susmanski e Suzana Alves Viana.

O Curso recebe o novo nome de Curso Formação em Psicanálise já em 1991. Ainda sairão, em 1991, Nadia Chama, Lucia Maciel, além de, em 1992, Denia Hukai e Rosí Sales (esta pede licença em julho de 1993 por dois anos, sem retornar). E, também, em 1992, Lea Bigliani, Guijo Bigliani, Sérgio Telles e Oswaldo de Vitto.

“A ‘morte do grupo’ está no horizonte do grupo-Apocalipse, como sugere a seguinte passagem do ‘Espoir’ “Quanto ao que ouvimos da janela,... é Apocalipse da fraternidade. Ela os comove. Eu bem o compreendo: é uma das coisas mais comoventes que existem sobre a terra, e não é vista com frequência. Ela deve, no entanto, transformar-se, sob pena de morte.” (LAPASSADE, 1983, pg. 235). Essa transformação é a morte e o renascimento do grupo juramentado. “Isso se passa, no entanto, no constrangimento e na violência: pode ser visto no caso limite do linchamento de um dos membros (o traidor) pelo grupo juramentado: esse linchamento mantém a ‘fraternidade-terror’ entre os que lincham e o que é linchado, que é colocado como membro do grupo e dependente de sua sanção” (id. pg. 235).

Assim, durante os anos de 1990 e 1991, arrastou-se “a terceira Cisão”, de efeito centrífugo, “também traumática, com saída do Instituto Sedes Sapientiae e do Curso de muitos profissionais, que se dirigiram para um curso a ser dado em uma clínica particular”. (PERSICANO, 1998). Foi isto e muito mais que isto.

Em março de 1991, o Boletim do CEPESI N.º 01, ANO VI, publica: o Editorial “O incrível Exército de Brancaleone”; o relatório de atividades do Exercício de 1990, sob o título “*E La Nave Va...*”; e “O Discurso Análogo Ao Apagamento da Luz Durante o Fox-Trot pelo Dr Mandarin Pedroso”. Confrontações

Ainda neste primeiros meses de 1991, ocorrem, com a vinda de François Roustand e René Major, “As Confrontações”, realizadas no Instituto de Estudos Avançados da USP, evento interdisciplinar na qual o CEPESI participa com o comando de Roberto na

presidência. A diretoria do CEPSI, marcada pelo que ocorria no curso, se desentende na distribuição das quinze vagas destinadas ao CEPSI.

Roberto Azevedo sai, então, do CEPSI. Seguem-no outras pessoas da diretoria. E, em 22 de abril de 1991, o CEPSI, através de abaixo assinado de cinco membros de diretoria, Claudia Aguiar, Durval Mazzei, Emir Tomazelli, Maria Teresa Rocco e Marly Goulart, convocam “assembléia para dissolução da diretoria e conseqüente convocação imediata de eleições de nova chapa de diretoria”.

Permanecem, em 1992, como professores no Curso Formação em Psicanálise: Aristides Cicarelli (sairá em 1996), Armando Colognesi, Cecília Noemí de Camargo, Ede de Oliveira e Silva, Emir Tomazelli, Homero Vetorazzo, José Carlos Garcia, Maria Cristina Perdomo, Maria Helena Saleme, Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Teresa Scandell Rocco, Maria Rosa Maris Sales (sairá em 1995), Nora Miguelez, Oscar Miguelez e Suzana Alves Viana. Em 1993, entra para ministrar aulas no curso Maria Beatriz Romano de Godoy, psicanalista candidata da SBPSP, que não havia sido aluna do Curso Formação, por solicitação dos professores de 3º ano que ministravam M. Klein. Neste ano foram professores convidados de seminários optativos do curso: Antonio Muniz de Resende e Gilberto Safra. A Comissão de Coordenação de Curso é composta, neste período de José Carlos Garcia, Suzana Alves Viana, Nora Miguelez, Maria Cristina Perdomo. Em 1995 entrava no curso como professor Durval Mazzei Nogueira Filho e retornava Ézio dos Reis Filho. Em 1995, após a criação do Departamento Formação em Psicanálise o programa do Curso se altera, organizando-se em dois núcleos paralelos de ensino: Núcleo Freudiano e Núcleo Kleiniano, em seminários semestrais, de seqüência optativa a partir do 2º ano.

A denominação em vias de uma história

Este período que se inicia em 1992, até 1995, ficou caracterizado como sendo de profundas transformações de objetivos no antigo Curso de Psicoterapia e Psicopatologia Psicanalítica, que passara, em 1991, a denominar-se Curso Formação em Psicanálise. “Como o próprio nome revela, buscou-se, na alteração do nome próprio, passar a um curso definido pela formação de psicanalistas e não de “psicoterapeutas psicanalíticos”, como se isto significasse, de modo necessário e institucionalizado (nada contra a opção ou ideal individual), um vestíbulo ou um precursor para uma futura formação em psicanálise em instituição ‘mais autorizada.’” (PERSICANO, 1998).

Concomitante transformação foi a decorrente e crescente tendência para ampliar os objetivos institucionais, começando pela participação, cada vez maior, junto ao serviço clínico do Instituto Sedes Sapientiae.

Em 1992 é criado o Boletim Formação em Psicanálise, transformado em Revista Boletim Formação em Psicanálise em 1993, pela Comissão Editorial dos anos de 92, 93 e 94: Maria Luiza Scrosoppi Persicano,

coordenadora; Ede de Oliveira e Silva; Claudia Paula Leicand, Artur Filhou José e Fernanda Pinto Freire. Com publicação ininterrupta até hoje.

Em 1993, reúnem-se todos os coordenadores de comissão pensando um Departamento, em uma Comissão de Coordenação de Departamento, não oficial, como início de um funcionamento departamental, com a presença dos coordenadores das diversas comissões: Curso – José Carlos Garcia: Eventos; Eventos – Maria Teresa Scandell Rocco; Clínica – Aristides Costa Cicarelli (representante da coordenadora da comissão de clínica Rosí Sales); Publicações – Maria Luiza Scrosoppi Persicano.

Em fins de 1994, José Carlos Garcia convoca um ato de fundação e o Curso transformou-se em Departamento Formação em Psicanálise, tendo, em 95, por primeira Comissão de Coordenação de Departamento: José Carlos Garcia, coordenador.; Maria Teresa Rocco, secretária, Alicea Cobello e Liane Barros, suplentes de secretária; Suely Gevertz, tesoureira; Fernanda Pinto Freire e M. Celina Anhaia Melo, suplentes de tesouraria. Comissão de Coordenação de Curso: Ede Oliveira Silva., Ézio dos Reis Filho, Durval Mazzei Nogueira Filho. Comissão de Divulgação: Denise Vieira Lee e Cleusa Nery. Coordenador da Comissão de Eventos: José Pedro Lopes da Silva. Coordenador da Comissão de Publicações: Hélio Baes Martins. Coordenador da Comissão de Clínica: Arlete Scodelário.

Em primeiro de janeiro de 1998 é votado o Regimento Interno do Departamento. A Comissão de Coordenação de Departamento da gestão 1997/1998 era: Armando Colognesi, coordenador; Maria Beatriz Romano de Godoy, secretária; Margarida Godoi Arduino, tesoureira; Liane Barros Silva e Fernanda Pinto Freire.

Um Departamento nomeado Formação em Psicanálise, apelidado no Sedes por Formação, em busca de ser um espaço de reflexão permanente, horizontal e democrática. Um Departamento que aos poucos venha a buscar ampliar seus serviços, de modo cada vez mais condizente com os princípios do Sedes, colaborando na busca da nova face do Sedes, apresentando-se frente a novas questões de interesse para a transformação social. Um Departamento ofertando serviços, de início na Clínica do Sedes, com a perspectiva futura de oferta a outras instituições. Um Departamento, um nome em vias de uma história... que não se repita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. F. (coord.) - O Inconsciente Institucional, 1984, Petrópolis, Ed. Vozes.

BERLINCK, M. T. - Psicanálise da Clínica Cotidiana, 1988, São Paulo, Ed. Escuta.

COIMBRA, C.M. B. - Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas PSI no Brasil do "Milagre", 1995, Rio de Janeiro, Oficina do Autor.

GRANJON, E. - "A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica" in Pulsional Revista de Psicanálise, Ano XI, N.º 114, outubro 1998, pgs. 24 a 43.

LAPASSADE, G. - Grupos, Organizações e Instituições, 1983, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

NOGUEIRA Fº, D. M. - "Do Curso de Psicopatologia Psicanalítica para Formação em Psicanálise", 1999, apostilado (texto inédito não publicado).

PERSICANO, M. L. S. - "Anteprojeto de um Serviço de Pesquisas e de Atendimento Clínico de Casos de Gagueira: Histórico do Sedes. Histórico do Departamento, 1998, apostilado (texto inédito não publicado).

RODRIGUÉ, E. - O Estrangeiro, 1998, São Paulo, Escuta/Fapesp.

SEDES SAPIENTIAE, I. - História e Memórias 1977/1997, maio de 1998, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1976/1985, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

BIBLIOGRAFIA

CEPSI - PATHOS.Psicanálise Contemporânea, Rio de Janeiro, Imago Ed., Vol. 1, N.º 1, setembro de 1990.

- Ensaio.Fórum de Debates Psicanalíticos, Rio de Janeiro, Imago Ed., Ano I, N.º 1, 1988.

- Bi-Anuário 1986/1987, São Paulo, CEPSI (publicação interna).

- Boletim do CEPSI, N.º 1, Ano VI, março de 1991 (publicação interna).

CURSO FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE - Boletim Formação em Psicanálise, São Paulo, Sedes Sapientiae, Ano II, Vol. II, N.º 2, julho-dezembro de 1993.

SEDES SAPIENTIAE, I. - "Formação em Psicanálise 1980/1993, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1986/1990, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1991, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1992, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1993, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1994, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

- "Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento", 1995, São Paulo, Sedes Sapientiae (publicação interna).

MARIA LUIZA SCROSOPPI PERSICANO

Psicóloga pelo IPUSP. Psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae. Pós-graduada pelo IPUSP. Membro do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e Professora do Curso Formação em Psicanálise. Membro Titular Pleno da Sociedade Psicanalítica de Campinas e Professora Titular do CPCAMP. Membro pesquisadora do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da P.U.C.S.P.

End. Com.: Trav. Lúcia Albertina Soares Quadros, n.º 5
Itaim Bibi – São Paulo – SP – Brasil – CEP 04531-120
tel.: 853-2366 e-mail: mlsperciano@uol.com.br

